



1


Ata n.º 6/2015

MUNICÍPIO DA MURTOSA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE NOVEMBRO

-----Aos **trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze**, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, teve continuação a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de António Maria dos Santos Sousa, secretariado pelos Vogais José Alcides Ramos Pereira, Primeiro Secretário, e José Manuel Andrade Simões, Segundo Secretário. -----

-----Feita a chamada, verificaram-se as presenças, para além dos Membros que compõem a Mesa, dos Vogais, Elisabete Figueiredo Soares, Augusto Carlos dos Santos Leite, Octávio Manuel da Costa Madaleno, Cristiana Margarida dos Santos Carinha, Manuel da Silva Sebolão, João Miguel Tavares Garrido, Fátima de Jesus da Silva Arêde, Angelina da Ascensão Rodrigues da Silva Figueiredo, António Maria Salgado Vieira, Joaquim Maria Tavares de Sousa, Inês Tavares Rodrigues, Diamantino Moreira de Matos, Bernardo José Pereira da Silva, Jacinto Caravela Brandão, Mariana Gomes Branco de Matos Resende Lopes, Hugo Rafael da Silva Figueiredo, João Manuel da Cunha Miranda, Lucinda Matos Leite Barbosa e Ana Luísa Vieira Henriques, esta última em substituição de José Manuel Miranda da Cunha.-----

-----Não estiveram presentes nesta segunda reunião, tendo justificado as suas faltas, os Vogais Paulo Miguel Rebimbas Horta Carinha, Isabel Maria Vilar da Silva Lopes e José dos Santos Ribeiro de Morais.-----

-----Verificaram-se, ainda, as presenças do Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Manuel dos Santos Baptista, do Vice-Presidente Januário Vieira da Cunha, e dos Vereadores, Daniel

Henriques de Bastos, Arminda Maria Tavares Fernandes, António Jorge Feio Bacelar Vilar e Maria Emília Morais Carrabau. -----

----- Após saudação aos presentes, o Presidente da Mesa lembrou aos Membros da Assembleia a situação do ponto da Ordem de Trabalhos, em que se estava quando deu por encerrada a primeira Reunião desta Sessão Ordinária.-----

----- **12. APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA – JOÃO RODRIGUES RUELA – PROCESSO IP/2015/138” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 21/10/2015.**-----

-----Dado que esta proposta já havia sido discutida na primeira Reunião desta Sessão Ordinária, o Presidente da Mesa colocou a mesma à votação, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc. 17).-----

----- **13. APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/178 – AGRO ESTEIRO, LDA” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.**-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este fez uma breve explanação da proposta, tendo referido que se trata de uma exploração localizada na Freguesia do Bunheiro, Lugar do Esteiro, a qual se desenvolve em parte sobre espaço urbano e em outra parte sobre espaço com servidões administrativas REN e RAN. Continuou informando que parte das construções foram licenciadas há muitos anos, tendo outras sido constituídas, ao longo dos anos, como aconteceu na generalidade das explorações, para responder aos desafios que a exploração lhes ia colocando. Concluiu dizendo que este processo carece de pareceres externos, embora lhe pareça que, pelo facto da área a ocupar ser inferior a 750 m2, possa ser mais facilmente licenciável.-----

-----No período concedido para inscrições tendentes à discussão da proposta, inscreveu-se o Vogal Augusto Leite. Tendo-lhe sido concedida a palavra pela Mesa, este questionou o Presidente do Executivo relativamente ao facto da instalação estar ou não incluída na ZPE, pois disse existir

3 

contradição entre os documentos fornecidos aos Membros da Assembleia e o que o Presidente tinha dito na apresentação da proposta. Referiu-se, de seguida, à metodologia utilizada noutros Municípios relativamente a esta problemática, tendo dito, ainda, que as plantas de condicionantes constantes dos processos deveriam ter uma escala mais generosa, para que melhor pudessem ser visualizadas. -----

-----Na resposta, o Presidente da Câmara informou que os pedidos são apresentados pelos Agricultores que os querem apresentar, tendo referido, mais uma vez, que este regime excecional se destina a possibilitar que os mesmos possam construir ou ampliar as suas instalações, em áreas onde se verifiquem desconformidades com os Instrumentos de Ordenamento em vigor, pelo que, aquelas que se inserem em perímetro urbano, dificilmente poderão usar esta prerrogativa. Continuou dizendo que, efetivamente, a parcela de terreno em questão tem uma parte em ZPE, embora as construções não atinjam esta zona tendo dito, para concluir, que, mesmo assim, tem que ser pedido o respetivo parecer. -----

-----Para uma segunda intervenção, foi dada a palavra ao Vogal Augusto Leite, o qual referiu que, no processo recebido, está indicado que as construções é que estão em ZPE e não o terreno, embora considerasse que isso era uma questão secundária para a discussão do assunto. Para concluir, manifestou uma posição contrária à assumida pela Câmara, que entende que a mesma não tem de ser o motor para a resolução dos problemas, que estes têm de ser resolvidos só pela iniciativa privada. -----

-----Tendo o Presidente da Mesa colocado a proposta à votação, esta foi aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

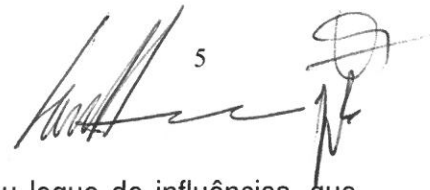
----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc. 18).-----

----- **14. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/172 – MARIA DOS ANJOS TAVARES AMADOR” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.**-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que esta exploração se localiza na Freguesia do Bunheiro e está dividida em dois polos, sendo que um se integra em zona urbana e, eventualmente, DPM (domínio público marítimo) e o outro em ZPE, REN, RAN . Para finalizar e na sequência da intervenção do Vogal Augusto Leite tida no ponto anterior, desafiou o mesmo a apresentar uma proposta concreta e objetiva, que possibilitasse resolver, com a aparente facilidade que apontou, os problemas do sector agrícola que advêm dos últimos 30 anos, período em que esse sector apresentou uma maior expressão, em termos de produção de leite.-----

-----No período dado para discussão da proposta, inscreveu-se o Vogal Augusto Leite, que afirmou que o problema não é de há trinta anos, mas sim, essencialmente de 2008 para cá. Relativamente a uma alteração da carta da REN, disse que a mesma seria possível conseguir analisando o problema que existe com todas as explorações, colocando-o no papel, assumindo o que deve ser assumido e pedir a alteração da REN. Mais disse que a Câmara não deveria ter ficado à espera que os particulares, cada um por si, pedisse a desafetação da REN da sua parcela e acrescentou que o Presidente do Executivo até afirmara que não acreditava que isso fosse autorizado a toda a gente. Continuou afirmando que ainda seria necessário ser publicada uma Lei que fizesse a prorrogação do prazo, pois, caso contrário, só estaríamos a tentar resolver o problema dos casos até agora apresentados, o que iria criar um drama social. Para concluir disse que, em seu entender, a solução para resolver o problema é juntar as pessoas, é juntar as várias Entidades e decidir-se o que fazer com este imbróglio que temos aqui.-----

-----Na resposta, o Presidente do Executivo referiu que as obras clandestinas não são de 2008 para cá, mas sim de 2008 para trás. Mais disse que as desconformidades existentes nas instalações agrícolas estão identificadas e que a tentativa de alterar a carta da REN para ultrapassar esses constrangimentos já anda a ser tratada há muitos anos, que sabe perfeitamente quais são as alterações a introduzir na Lei da REN para compatibilizar essas explorações. Disse que, ao longo destes anos, a Câmara tem vindo a lutar por isso, que já se conseguiram alguns resultados, sendo exemplo disso a alteração do Quadro Legislativo de forma a admitir as explorações agrícolas em Reserva Ecológica, primeiro com 500m², depois com 750m², após uma luta de cerca de cinco anos e, agora, na última revisão, já se admite, em casos de excecionalidade, 1000m². Continuou dizendo que, como atrás referiu, há caminho feito e que esse caminho foi-se fazendo porque houve Autarcas que sensibilizaram as Tutelas para as desconformidades existentes, no sentido de verem essas instalações a serem licenciadas. Solicitou depois ao Vogal



Augusto Leite, como contributo para a resolução do problema, no seu leque de influências, que contacte os camaradas que têm estas responsabilidades no novo Governo e os ajude a mudar a Lei da Reserva Ecológica, porque ele e todos os Agricultores da Murtosa ficar-lhe-iam muito gratos. Disse que o problema já foi da Câmara Municipal, quando estava em vigor o anterior PDM, que não permitia nenhuma exploração agrícola nem em perímetro urbano, nem em Reserva Ecológica. Referiu depois, que temos hoje um PDM, que é o único da Região Centro do País, que tem a atividade agrícola compatível com o perímetro urbano, com regulamentação específica para esse efeito, pois conseguimos explicar a importância que a atividade agrícola tinha para o nosso Concelho e conseguimos sensibilizar a Tutela para admitir que esta atividade pudesse continuar na estrutura urbana. Continuou dizendo que gostaria que todas as explorações fossem para fora do perímetro urbano, só que pensar na deslocalização é não viver neste mundo, dado o investimento feito e o contexto atual. Para concluir, disse que temos de encarar o problema de frente e não enterrar a cabeça na areia e foi isso que, ao longo destes anos viemos, a fazer encontrando enquadramento e a prova disso é convencimento de que a generalidade das nossas explorações vão ser licenciadas.-----

-----Numa segunda intervenção, o Vogal Augusto Leite disse que só a partir de 2008, com o REAP, foi exigido o licenciamento da atividade, altura em que foram passadas licenças que devem estar a terminar agora em 2016, e que, quando se referiu à obrigatoriedade, não foi à existência de construções clandestinas, que essas sempre existiram, mas sim relativamente ao facto de ter passado a ser exigido o licenciamento da atividade.-----

-----Na resposta, o Presidente da Câmara disse que o problema não está no REAP, mas sim no licenciamento das construções e que este regime excecional só se justifica pelo facto de existirem construções clandestinas que impedem a emissão da necessária licença de utilização dos edifícios, condição fundamental para a obtenção da respetiva licença de exploração-----

----- A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.19).-----

----- **15. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM**

CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/174 – FRANCISCO VIGÁRIO UNIPessoAL, LDA” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.”---

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração localizada em Pardelhas, que não existe na mesma qualquer construção de génese legal, que a área se insere em ZPE, REN, RAN e, eventualmente, DPM. Disse tratar-se de uma exploração de recria e de engorda de alguém que tem uma grande paixão pela agricultura e que vê nesta atividade um complemento daquilo que são os seus recursos.-----

-----Não tendo havido inscrições para discussão da proposta, no período para tal concedido, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.20).-----

16. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/171 – JOAQUIM MANUEL RODRIGUES FERNANDES RUELA” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.”-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração localizada na Freguesia do Bunheiro, Lugar das Congostas, cujas construções originárias possuem processo de licenciamento, inclusive licença de utilização, e que as obras de ampliação estão parte em zona urbana e outra parte sob servidões ZPE, RAN e REN. Disse ainda que, no que se refere às áreas em apreço, lhe parece que este será um processo de fácil regularização. Para concluir, chamou a atenção para a questão que, no seu entender, é mais delicada e transversal a todos os processos, que tem a ver com as distâncias às extremas da parcela, que estão a ser exigidas pelo ICNF. -----

----- Não tendo havido inscrições para discussão da proposta, no período para tal concedido, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o Vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.21).-----

----- 17. APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/165 – MARIA JOSÉ SOUSA RODRIGUES” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.”-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração localizada na Freguesia do Bunheiro, Lugar da Mamaparda, que é constituída por dois núcleos, sendo que o que fica junto à habitação tem uma parte em área urbana e outra em ZPE, RAN, REN e, mais ao fundo, uma parte está ainda em DPM, servidão muito mais restritiva. Relativamente ao local onde se insere o outro núcleo, disse que tem as mesmas servidões, à exceção do DPM.-----

-----Não tendo havido inscrições para discussão da proposta, no período para tal concedido, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o Vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.22).-----

----- 18. APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/176 – MANUEL TAVARES REBIMBAS DE SOUSA, HERDEIROS” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.”-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração localizada na Freguesia do Bunheiro, Lugar de S. Silvestre, que confronta, na frente, com a Rua P. Manuel Ruela Pombo e, no tardo, com a Rua João Rico, que foi construída ao abrigo de alvará de licença mas que possui já um conjunto de construções que carecem de licenciamento. Embora a propriedade tenha área urbana nas extremidades, zona servida pelos arruamentos acima referidos, a zona central encontra-se em ZPE, RAN, REN .-----

-----Não tendo havido inscrições para discussão da proposta, no período para tal concedido, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.23).-----

19. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/177 – BEATRIZ TAVARES ABREU FREIRE” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.”-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração localizada na Freguesia do Bunheiro, na confluência da Rua da Igreja com a Av. D. Júlio Tavares Rebimbas, tem algumas construções de génese legal, no perímetro urbano e, depois, diversas construções ilegais. Mais referiu que estas construções estão em ZPE, RAN, REN e, eventualmente, DPM. Para concluir, disse ainda que o Agricultor não pretende apenas a legalização das instalações que possui sem licenciamento, mas sim a reformulação das instalações, tendo em vista melhorar o plano funcional da exploração, uma vez que o existente condiciona, em muito, o maneio animal.-----

-----Não tendo havido inscrições para discussão da proposta, no período para tal concedido, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o Vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.24).-----

20. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/179 – MURANPEC - SOCIEDADE DE AGRICULTURA DE GRUPO, LDA” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.”-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração da sua família, localizada na Freguesia da Torreira, lugar do Muranzel, que tem as construções de génese legal, construídas em 1988, tem também um acréscimo ilegal, nas mesmas circunstâncias



dos restantes. Mais referiu que estas construções estão em ZPE, RAN, REN e que, dada a área em apreço, também entende que, com relativa facilidade, será gerada conformidade. -----

-----No período concedido para discussão da proposta, inscreveu-se o Vogal Augusto Leite que questionou o Presidente da Mesa acerca da legalidade, ou não, do facto do Presidente do Executivo ter apresentado um processo que diz respeito à sua família.-----

-----Na resposta, o Presidente da Mesa afirmou que, no entendimento da Mesa da Assembleia, o Presidente do Executivo apresentou, como lhe competia, todos os pedidos, incluindo este referente à sua família. Não fazendo parte do Órgão Deliberativo, não votando, assim, o mesmo, tendo sido imparcial na apresentação que fez desse pedido, em causa, não vê que exista qualquer eventual ilegalidade.-----

-----Tendo o Presidente da Mesa colocado a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o Vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc. 25).-----

----- **21. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/181 – ÁLVARO JOSÉ RODRIGUES DE SOUSA” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.**-----

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração localizada na Freguesia do Bunheiro, Lugar da Rua do Forno, que tem as construções de génese legal, que estão próximas ao arruamento principal que a serve, em área urbana, e tem já um conjunto de construções que estão já nas proximidades da E.N. 109-5, as quais carecem de licenciamento. Mais esclareceu que o local tem como servidões a RAN e REN e também o corredor de proteção da Estrada Nacional. -----

-----Não tendo havido inscrições para discussão da proposta, no período para tal concedido, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o Vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc. 26).-----

22. APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE “PEDIDOS DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI Nº 165/2014, DE 5 DE NOVEMBRO – CE/2015/180 – AGRO-PECUÁRIA OLIVEIRA E SILVA LDA” - DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19/11/2015.”---

-----Dada a palavra ao Presidente do Executivo, este informou que se trata de uma exploração localizada na Freguesia do Bunheiro, na Rua da Costa, na sua opinião, num dos locais privilegiados para a existência de instalações agropecuárias. Esclareceu que a exploração tem duas pequenas construções de génese legal, um armazém de máquinas agrícolas e uma ordenha, estando as restantes construções para além dos 40 metros da faixa urbana, em área com servidões da ZPE, RAN e REN. -----

-----Não tendo havido inscrições para discussão da proposta, no período para tal concedido, a mesma foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Pedi a palavra, o Vogal Augusto Leite, para fazer uma declaração de voto, a qual consta de documento anexo (Doc. 30).-----

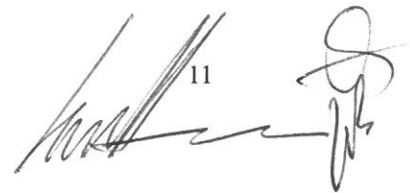
----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.27).-----

23. DESIGNAÇÃO DE DUAS PESSOAS, DE ENTRE OS CIDADÃOS ELEITORES DO MUNICÍPIO, PARA A COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA MURTOSA. -----

-----O Presidente da Mesa questionou os elementos da Assembleia, para saber se alguém pretendia usar da palavra acerca do assunto em apreço, tendo o Segundo Secretário, José Simões, pedido a palavra, para apresentar uma proposta, a qual foi designada por Lista A (Doc. 28). -----

-----Da proposta apresentada constava os nomes de Angelina da Ascensão Rodrigues da Silva Figueiredo e de José Alcides Ramos Pereira, para integrarem a referida comissão alargada da CPCJ.-----

-----Pedi o palavra o Vogal Augusto Leite, que questionou a Mesa no sentido de saber se utilizaria o Método de Hondt, no caso de apresentar uma nova proposta com outros dois nomes.- -



-----O Presidente da Mesa esclareceu que, se o Vogal apresentasse uma outra lista, que informaria qual a metodologia a seguir.-----

-----O Vogal Augusto Leite informou, então, que não iria apresentar uma nova lista.-----

-----Para a votação, o Presidente da Mesa mandou distribuir pelos elementos da Assembleia um boletim de voto, tendo informado que a única proposta apresentada seria designada pela letra A, indicando as possibilidades admissíveis de votação.-----

-----Após a votação, contaram-se 22 boletins entrados na urna, verificando-se que todos eles eram a favor da lista apresentada, pelo que os dois elementos acima indicados foram, assim, designados para vir a desempenhar funções na referida comissão. -----

----- Após a elaboração da ata em minuta, foi a mesma lida e colocada à votação, tendo sido igualmente aprovada por unanimidade (Doc.29).-----

-----No período destinado a intervenções do público, não se verificaram inscrições. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a Sessão de Trabalhos, eram 22h28m, tendo-se elaborado a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.-----

----- **Deliberações aprovadas em minuta e para efeitos imediatos:** durante a presente reunião foram aprovadas em minuta e para efeitos imediatos, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e n.º 3 do art.º 27.º do Código do Procedimento Administrativo, as deliberações tituladas: Apreciação, discussão e votação da proposta de “Reconhecimento do interesse público na regularização da atividade pecuária – João Rodrigues Ruela – Processo IP/2015/138” - deliberação camarária de 22/10/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de “Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/178 – Agro Esteiro, Lda.” - deliberação camarária de 19/11/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de “Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/172 – Maria dos Anjos Tavares Amador” - deliberação camarária de 19/11/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de “Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/174 – Francisco Vigário Unipessoal, Lda.” -

deliberação camarária de 19/11/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/171 – Joaquim Manuel Rodrigues Fernandes Ruela" - deliberação camarária de 19/11/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/165 – Maria José Sousa Rodrigues" - deliberação camarária de 19/11/2015; "Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/176 – Manuel Tavares Rebimbas de Sousa, Herdeiros" - deliberação camarária de 19/11/2015; ""Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/177 – Beatriz Tavares Abreu Freire" - deliberação camarária de 19/11/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/179 – Muranpec - Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda." - deliberação camarária de 19/11/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/181 – Álvaro José Rodrigues de Sousa" - deliberação camarária de 19/11/2015; Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de certidão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – CE/2015/180 – Agro-pecuária Oliveira e Silva Lda." - deliberação camarária de 19/11/2015; Designação de duas pessoas, de entre os cidadãos eleitores do Município, para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Murtosa.""

António José dos Santos Lourenço
João Alexandre dos Reis





Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Ponto n.º 12 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Reconhecimento do Interesse Público na regularização da atividade pecuária – João Rodrigues Ruela – Processo IP/2015/138" - deliberação camarária de 21/10/2015;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: SIM

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Signature]
[Signature]

Doc 17
[Signature]
[Signature]



Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Doc 18
[Handwritten signature]

Deliberação em minuta

Ponto n.º 13 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/178 – Agro Esteiro, Lda.ª" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

DCC 19
[Handwritten signature]

Deliberação em minuta

Ponto n.º 14 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/172 – Maria dos Anjos Tavares Amador" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: SEM

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Doc 20
[Handwritten signature]

Ponto n.º 15 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/174 – Francisco Vigário Unipessoal, Ld.ª" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: SIM

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Doc 21

Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Ponto n.º 16 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/171 – Joaquim Manuel Rodrigues Fernandes Ruela" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: Aprovado

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:



Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

DOC 22

Ponto n.º 17 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/165 – Maria José Sousa Rodrigues" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: APROVADA

Forma de votação:

Unanimidade: SIM

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:



Doc 23
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Ponto n.º 18 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/176 – Manuel Tavares Rebimbas de Sousa, Herdeiros" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: SIM

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Doc 24
[Handwritten signature]

Deliberação em minuta

Ponto n.º 19 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/177 – Beatriz Tavares Abreu Freire" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: Aprovação

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Assembleia Municipal

Doc 25

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Ponto n.º 20 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/179 – Muranpec – Sociedade de Agricultura de Grupo, Lda.ª" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: Aprovar

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:



Doc 26

Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Ponto n.º 21 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/181 – Álvaro José Rodrigues de Sousa" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: APROVADO

Forma de votação:

Unanimidade: Sim

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:



Doc 27
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Ponto n.º 22 da ordem de trabalhos:

Apreciação, discussão e votação da proposta de "Pedidos de Certidão de Deliberação Fundamentada de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da atividade pecuária, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro – CE/2015/180 – Agro Pecuária Oliveira e Silva, Ld.ª" - deliberação camarária de 19/11/2015;

Deliberação: APROVADA

Forma de votação:

Unanimidade: SIM

Maioria: _____

Com os votos favoráveis de: _____

Com os votos contra de: _____

Com as abstenções de: _____

A Mesa:

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]



DOC 28
LISTA A
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

O Partido Social Democrata apresenta a seguinte proposta de dois cidadãos eleitores para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Murtoza:

- . Angelina da Ascensão Rodrigues da Silva Figueiredo, eleitor n.º 3663 da Freguesia da Torreira
- . José Alcides Ramos Pereira, eleitor n.º 643 da Freguesia da Torreira

Murtoza, 27 de novembro de 2015

[Handwritten signature]



Doc 29

Assembleia Municipal

Segunda reunião da Sessão ordinária de 27 de novembro de 2015, realizada no dia 30 de novembro de 2015

Deliberação em minuta

Ponto n.º 23 da ordem de trabalhos:

Designação de duas pessoas, de entre os cidadãos eleitores do Município, para a Comissão alargada da Comissão de Proteção de Jovens e Crianças da Murtosa;

Votação por escrutínio secreto

Deliberação:

Foi apresentada um Lista Designada pelo Listaa pelo Partido Social Democrata, com os cidadãos eleitores: Angelina do Ascensão Rodrigues de Silva Figueireda e João Alcides Ramos Pereira.

Esta votação por escrutínio secreto obteve a seguinte votação: vinte e dois votos a favor, zero contra.

A Mesa:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
Doc 30
[Handwritten initials]

Ponto 12 da Ordem de Trabalhos	
13	"
16	"
17	"
19	"
20	"
21	"
22	"

Declaração de voto referente aos pontos acima referidos:
Votamos a favor do reconhecimento do interesse público na regulamentação da atividade pecuária e salientamos a falta de participação da Câmara Municipal nestes processos, dada a importância social que as famílias dos agricultores têm neste município.

Murtoa, 30 de novembro de 2015
[Handwritten signature]